

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontinuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontinuos@dirbi.ufu.br).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ADRIANO DE LACERDA OLIVEIRA

**O CUSTO SOCIAL DA REELEIÇÃO DE FHC.**

4 215  
5.9  
(10)

UBERLÂNDIA - MG

2013

ADRIANO DE LACERDA OLIVEIRA

O CUSTO SOCIAL DA REELEIÇÃO DE FHC.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

Uberlândia

2013

ADRIANO DE LACERDA OLIVEIRA

O CUSTO SOCIAL DA REELEIÇÃO DE FHC.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em História.

Uberlândia, 22 de Novembro de 2013.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes INHIS/UFU

---

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida INHIS/UFU

---

Prof. Mestranda. Mylena Moreira Rodrigues UFU

**Resumo:** Neste trabalho, veremos os efeitos do governo de Fernando Henrique Cardoso em nossos dias. Trataremos da política, e seus efeitos, adotada por ele e as vicissitudes que causaram certas ações no período já citado. Serão apresentados, através de dados e gráficos, certos níveis que coagiram contra o presidente. Esta miscelânea se mostra relevante e grande objeto de pensamento para o período em que vivemos. Lido os livros e artigos sobre assuntos diversos sobre o período do governo FHC, os principais temas foram recolhidos e organizados, destacando de forma palpável e reforçando a ideia dos textos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governo FHC. Política. Efeitos. Ações na política.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| TABELA1 – Presidente da República – Eleitores        | 18 |
| TABELA 2 – Desemprego – Taxa Média Anual (%)         | 22 |
| TABELA 3 – Salário mínimo real (SMR) em Dólar (US\$) | 23 |

## **SUMÁRIO**

|                      |    |
|----------------------|----|
| <b>.APRESENTAÇÃO</b> | 07 |
|----------------------|----|

### **CAPITULO I**

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| .Reeleição: Quem Ganhou?                             | 12 |
| .1.1 Apologia a Reeleição: Vitória da minoria        | 16 |
| .1.2 A Reeleição X Constituição: O Fim da Moralidade | 19 |

### **CAPITULO II**

|                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------|----|
| .Custo da Reeleição a Iminência de uma crise                | 21 |
| .2.1 Privatizações                                          | 24 |
| .2.2 Privatização Vira Caso de Polícia                      | 28 |
| .2.3 PROER: E a Farra dos Banqueiros                        | 29 |
| .2.4 CPI dos Bancos                                         | 31 |
| .2.5 Os Beneficiados pelo Custo Social da Reeleição         | 32 |
| .2.6 Educação, Saúde, e Segurança: O Social em Último Plano | 33 |
| .2.7 Dívida Externa, Privatizações:                         |    |
| . O Brasil Sob o Comando do Capital Externo                 | 35 |
| .Considerações Finais                                       | 37 |
| .Referências                                                | 39 |

## APRESENTAÇÃO

Os estudos sobre História Política demonstra hoje ser menos atrativo dentre os graduandos em História, talvez por um passado equivocado a qual ela foi relacionada. A partir da Escola dos Annales (1929) disseminou-se críticas a História Política que durou décadas, pois a forma como era abordada trazia- lhe uma característica entre outras coisas, elitista biográfica, narrativa, ideológica e factual (JULLIARD, 1974: 180-181).

Porém a partir dos anos 1970, houve uma preocupação para formular uma nova História Política que foi contemplada pelos estudos do Marxista Italiano Antônio Gramsci. A leitura Gramsciana, superou a velha noção de estado e do estudo da política, que antes eram centrados nas grandes figuras e fatos, que lhe renderam duras críticas. Em uma das passagens de Gramsci, podemos perceber sua visão quando ele se refere ao Estado “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1976: 149).

E uma noção ampliada do Estado, uma disputa de espaço e poder pelas classes sociais, onde a História Política é muito mais do que fatos, personagens ou reflexos das relações econômicas, mas sim, um complexo articulado de todas as esferas da História. E a partir desta perspectiva complexa e abrangente é que desenvolveremos nossa análise.

Esta pesquisa trata de uma significativa mudança na política eleitoral brasileira: correspondente à emenda constitucional, que permitiu a Reeleição do executivo de 1998, que possibilita a Presidente, Governadores e Prefeitos concorrerem a um mandato sucessivo no mesmo cargo.

O motivo pelo qual escolhi o tema “O Custo Social da Reeleição de FHC”, primeiramente seria pelo fato de ter sempre apreciado a área política da história, segundo porque vejo a emenda constitucional que veio a permitir a reeleição do poder executivo como um retrocesso na política brasileira, e gostaria de entendê-la. Mas principalmente o que mais me atraiu foi o processo que se deu neste período em que se estabeleceu tal emenda, os interesses do governo Fernando Henrique, para aprovação e, sobretudo para ser o principal beneficiado desta artimanha política.

Diante desta conjuntura, o governo de FHC usou de todas suas armas para mascarar a crise de seu governo neoliberal adiando a desvalorização do real para somente ocorrer após as eleições de 1998, a qual acreditava que com estas políticas suicidas garantiria sua reeleição para presidente.

Estas medidas que ainda podemos sentir seus efeitos negativos em nossas vidas, como a implantação do fator previdenciário, as privatizações de empresas e setores estratégicos para desenvolvimento do país, dentre outras que abordaremos no trabalho em questão, me levaram ao interesse em tentar demonstrar que um pequeno texto inserido em nossa constituição pode ter mudado o caminho do país, e como esta pequena emenda constitucional carregada de interesses particulares massacrou e ainda massacra a sociedade brasileira.

A emenda Constitucional que tratou da reeleição alterou substancialmente o sistema eleitoral vigente. Mas o principal foco da pesquisa que ora apresento não é a reeleição de um modo geral, mas sim formulo alguns questionamentos em relação a esse processo no período que abrange o governo Fernando Henrique Cardoso.

Enfatizaremos o governo FHC, pelo fato de ser o ele o principal beneficiado e articulador para que esta emenda fosse aprovada pela Câmara e Senado Federal. E com esta análise tentamos esclarecer, ou pelo menos entender, o real interesse que está por trás deste processo da reeleição, mas também expor a verdade sobre o “custo social”, que a nação brasileira teve de pagar e ainda se paga, pois seus reflexos certamente podem ser sentidos no cotidiano de cada brasileiro até os dias de hoje.

Nos Estados Unidos, até a reeleição do presidente Roosevelt por três vezes após a primeira eleição, resolveu limitar o direito do cidadão norte-americano a uma eleição e a uma reeleição apenas. E no Brasil seguiu-se o mesmo princípio norte-americano de reeleição, para presidente, governador ou prefeito.

O princípio do projeto de emenda constitucional que admitiu a reeleição seria justificado pelo PSDB, partido de FHC e também de outros partidos aliados, que o período apenas de 01 mandato de 04 (quatro) anos não seria suficiente para a realização de todos os projetos estipulados por um governo, deixando assim várias promessas de campanha a serem realizadas.

Vamos buscar trabalhar se a reeleição aumenta ou diminui o estímulo a uma manipulação política, ou gera um custo enorme à sociedade, e se esta lei pode ser realmente considerada um avanço na democracia, ou seria um retrocesso na política nacional.

Várias questões são levantadas relativas às reeleições de FHC, pois neste período o Brasil passou por crises, altíssimo índice de desemprego, a dívida externa aumentou estratosféricamente e as contradições do Plano Real <sup>1</sup>apareceram rapidamente, mas o governo usou várias artimanhas para manter o país fora de um colapso até sua reeleição de 1998, mas que veio a ocorrer no final do mesmo ano devido à grande vulnerabilidade da política econômica adotada pelo governo PSDB.

O projeto de reeleição foi planejado milimetricamente alcançando cada deputado através de todos os envolvidos no governo FHC, desde o líder da câmara, até ministros que deixavam seus afazeres para reunir com indecisos sobre a reeleição, e com isso deputados pediriam favores e privilégios para aprovarem um projeto que mudaria os rumos da política nacional. E onde se concede privilégios a uma minoria, o restante maior tem de arcar com o prejuízo.

Mesmo após o governo do PSDB ter conseguido aprovar o projeto das eleições, a reeleição de FHC em tese era incerta, e devido às circunstâncias que envolveram este processo, ele nos revelou que a reeleição seria usada em benefício próprio, que podemos perceber devido esta emenda ter vigorado logo após sua aprovação, sendo que ao menos se tivesse um compromisso ético, entraria em vigor apenas para as próximas eleições.

Para conseguir sua reeleição aquele governo precisaria mostrar que o país estaria caminhando com estabilidade, e que a continuidade seria necessária para alcançar o sucesso de suas propostas. Desta forma o governo Fernando Henrique fez empréstimos bilionários ao FMI e ao Banco Mundial, batendo recordes na dívida pública.

Estes empréstimos colocaram o Brasil sob o comando do capital externo, onde segundo Sebastião C. Velasco e Cruz, fazendo uma referência a esta política adotada a partir do princípio da teoria da dependência, define os interesses de FHC como sendo "...de um governo que se ajusta mais ou menos passivamente às injunções internacionais; que se esforça

---

<sup>1</sup> Plano Real foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado oficialmente em 30 de julho de 1994 com a publicação da Medida Provisória nº 434 no Diário Oficial da União. Tal Medida Provisória instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o Real.

para manter um certo grau de autonomia; que se apoia num bloco de interesses, no qual interno e o externo se mesclam...” (Estud. av. vol.13 no.37 São Paulo Sept./Dec. 1999).

Esta posição Política trouxe um grande desconforto à sociedade brasileira, que sentiu na pele a falta de investimentos na área social, pois os recursos eram destinados a pagamento dos juros. Tudo isso para manter a valorização do Real até as eleições de 1998.

Mas não foi possível manter a valorização do Real por muito tempo, e logo após as eleições de 1998, ocorreu à desvalorização brusca da moeda brasileira, falindo várias empresas nacionais. E o governo sendo acusado de privilegiar informações a especuladores estrangeiros, que segundo fontes evadiram com mais de 40 bilhões de reais dos cofres públicos brasileiros.

Durante este período, a imprensa e críticos do governo FHC, acusavam o seu governo de deixar o FMI e o Banco Mundial ditarem normas na política econômica do país, que seria uma exigência internacional para garantir o pagamento da dívida externa, e neutralizando o comprometimento do governo com a política nacional.

Além de todas estas medidas adotadas pelo governo FHC, houve outra postura que foi duramente criticada e que trouxe enormes prejuízos à nação brasileira, esta se refere à política de privatizações.

Várias empresas foram privatizadas supostamente em nome da maior eficiência que apresentariam à partir das normativas e concorrências do mercado, o que demonstrou mais um custo que a sociedade arcou para manter a estabilidade econômica até a reeleição. O que demonstra este raciocínio seria o fato de que algumas destas empresas foram vendidas por valores baixíssimos, valores esses em que a própria empresa com 01 (um) ou 02 (dois) anos conseguiria resgatar com seus próprios lucros, como foi o caso comprovado da Companhia Vale do Rio Doce.

Pois bem, com o objetivo de tentar compreender o porquê o governo Fernando Henrique Cardoso foi tão criticado e desacreditado pela maioria da sociedade, ocasionando consequências e perdas em grande parte irreparáveis para o país, mostrar também as opiniões de alguns segmentos da sociedade sobre este projeto que mudou a política nacional, visando sempre suas percepções ao custo social para o êxito do projeto. Estes que seriam partes da imprensa brasileira, e suas diferentes visões em tratar o assunto, algumas com o interesse em

manipular e “maquiar” as verdades deste governo. Onde analisaremos também alguns discursos pronunciados em plenário pelos políticos da situação em questão e a oposição diante deste conturbado período brasileiro, e estas, concluindo, são as questões que pretendo desenvolver neste projeto.

Os meios e as fontes utilizados para minha pesquisa, até o momento foram; livros, revistas, jornais e internet, além de minha experiência vivida neste período, e também conversas informais com pessoas que se interessam e expressam opiniões importantes e relevantes sobre o dado período e suas consequências.

No primeiro capítulo buscaremos interpretar a emenda constitucional de Nº 16 de junho de 1997, que trata da permissão para reeleição dos cargos do poder executivo. Nesta análise observaremos a questão da moralidade e dos interesses particulares, principalmente do então presidente Fernando Henrique Cardoso em colocar em vigor esta emenda de imediato.

Trataremos ainda neste primeiro capítulo a falta da imparcialidade da mídia, e meios de comunicação em geral, no intuito de manipular os eleitores. E também o projeto elaborado pelo PSDB para conseguir o apoio político necessário visando à aprovação desta emenda.

No segundo capítulo trataremos da política adotada pelo Governo Federal, para manter a valorização do Real e o controle da inflação. E diante deste contexto vamos tratar da crise provocada pela política econômica e social adotada pelo Governo de FHC, e as denúncias de corrupção que envolveu o período.

## CAPÍTULO I

### Reeleição: Quem Ganhou?

Para então darmos início ao desdobramento de nossos estudos, temos primeiramente que conhecer a pequena emenda constitucional de Nº 16 de 4 de Junho de 1997, que trata da reeleição no Brasil, e à partir daí iniciaremos nossas análises interpretando esta nova legislação no processo eleitoral brasileiro, suas vantagens e desvantagens, os beneficiados e prejudicados e o custo para manter a reeleição em nosso país.

*Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997 - Reeleição - Presidente da República, Governadores de Estado e Distrito Federal e Prefeitos - Mandato - DOU 05/06/1997*

*Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.*

*As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:*

*obs.dji.grau.4: Distrito Federal; Estado da União; Estados; Governadores; Mandato; Mandato Eletivo; Municípios; Prefeito; Presidente da República; Reeleição*

*Art. 1º O § 5º do Art. 14, o caput do Art. 28, o inciso II do Art. 29, o caput do Art. 77 e o Art. 82 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 14 § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.*

*Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de*

*outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no Art. 77.*

*Art. 29*

*II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do Art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.*

*Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.*

*Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.*

*Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.*

*Brasília, 4 de junho de 1997.*

A partir desta emenda poderemos primeiramente fazer uma breve análise sobre o objetivo deste projeto ao criticarmos o último parágrafo que fiz questão em destaca-lo, pois nele podemos enxergar claramente que uma das intenções desta emenda constitucional era de beneficiar acima de tudo o governo vigente. Vejamos que neste parágrafo fica explícito o interesse que a emenda possui ao descrever que esta entrará em vigor na data de sua publicação, ora, seria bem mais ético se esta nova lei entrasse em vigor para as eleições posteriores a de 1998, e não beneficiando os atuais governantes. É principalmente o governo federal vigente na ocasião, o qual foi o mais relevante articulador político do projeto.

A aprovação desta emenda proposta pelo governo Fernando Henrique, Foi planejada cuidadosamente envolvendo todos os participantes de seu governo, uma luta que não mediu esforços para sua primeira vitória, que seria a aprovação do texto original da reeleição.

O Governo Federal se reuniu com vários representantes de partidos e políticos importantes e influentes, que são grandes manipuladores de outros políticos com menor expressão, e esta articulação foi extremamente necessária, pois ela possibilitaria uma vitória no Senado e na Câmara Federal descartando assim o medo de surpresas desagradáveis ao governo e aos interessados na reeleição.

A reeleição foi motivo de várias denúncias da imprensa de irregularidades e corrupção dentro do governo, nos fazendo pelo menos refletir a cerca das vantagens e desvantagens e os grandes beneficiados com esta mudança eleitoral. É válido ressaltar que até quem defende a reeleição como um projeto de ampliação democrática, fez críticas sobre este projeto brasileiro em si, por seu escandaloso interesse de beneficiar o atual governo. Podemos ver nesta reportagem publicada em um site:

*“A crise econômica nacional, em grande parte, é fruto da aprovação da emenda que possibilitou a reeleição para todas as esferas de Governo. Em recentes artigos, Fernando Rodrigues, na Folha, aborda idêntico tema com idêntica conclusão. Não considero a reeleição em si um mal. Inúmeros são os países que adotam a possibilidade de manter-se continuidade política e administrativa, pela reeleição de seus mandatários, sendo elementar o princípio de que se o governo for bom, deve continuar, se for mau, deve ser substituído, cabendo ao eleitor a escolha. Nos Estados Unidos, após as sucessivas eleições de Roosevelt, emenda constitucional estabeleceu o direito do Presidente concorrer a apenas uma reeleição. O argumento contrário, de que o Governo tem mais condições de fazer campanha que a oposição, tornando desigual o pleito, embora seja ponderável, não é capaz de afastar este outro de que o eleitor soberano deve saber escolher, entre os diversos candidatos, aquele que é o melhor e, se não souber*

*escolher, é porque ainda a democracia em seu país, é imatura, mas nem por isto deve ser eliminada.*<sup>2</sup>

Logo em seguida na mesma reportagem, o autor faz uma referência ao projeto de reeleição brasileira, mais precisamente sobre a parcialidade do projeto em relação ao atual governo, além dos gastos exuberantes com projetos eleitoreiros e o abandono de uma política social.

*‘No Brasil, porém, a E.C. nº 16/97, promulgada a 6 de julho de 1997, foi extremamente negativa, pois aprovada a apenas 1 ano e 3 meses das eleições previstas para 1998, sem que os governos da União, dos 26 Estados e do Distrito Federal, tivessem sido eleitos com esta perspectiva de eventual gestão por prazo em dobro. O resultado não poderia ter sido mais desastroso na condução das contas públicas, na medida em que todos os primeiros mandatários tornaram-se os naturais candidatos à reeleição e, se alguns desistiram de concorrer, nem por isto a esmagadora maioria deixou de pleitear a recondução ao cargo. Ora, Chefes de Executivos eleitos para um mandato e que se depararam, na undécimo hora, com a possibilidade de reeleição, passaram a gerar, em 1 ano e 3 meses, despesas eleitoreiras, que lhe permitiram a recondução, de tal maneira que a falta de sobriedade administrativa e de contenção de despesas, o abandono de projetos necessários mas impopulares, a transigência política, os acordos com as bases eleitorais, as maquiagens de obras extemporâneas, os gastos excessivos e todo um cortejo de concessões para garantir a reeleição foram a tônica dominante de quase todos os governos, no ano de 1997. É de se lembrar que o Governo Federal, por exemplo, fez aprovar, em*

---

<sup>2</sup> Ives Gandra da Silva Martins, Revista Jus Navigandi.

*novembro de 1997, um ajuste fiscal, em que se comprometia a cortes de 16 bilhões de reais de despesas, exigindo 4 bilhões de reais de aumento de tributos da sociedade. Obteve o aumento e não só não cortou seus gastos, como elevou o "déficit público", em qualquer dos conceitos que se adote para determiná-lo, mas, principalmente, no conceito nominal, a quase que o triplo do que os 11 países que adotaram o "euro" poderão atingir, para continuar com o direito àquela moeda (3%).''<sup>3</sup>*

Em continuidade a este raciocínio é que vamos prosseguir e identificar o “custo social” que a reeleição de 1998 trouxe para a sociedade brasileira, que foi pega de surpresa por esta emenda constitucional.

### 1.1. Apologia da Reeleição: Vitória da Minoria.

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o povo brasileiro teve de decidir o tipo de país que queriam construir em relação às eleições, porém como já era o que se temia, os eleitores brasileiros manifestaram-se em condições desfavoráveis sob o bombardeio de mensagens indutoras de um pensamento único impostos pela mídia eletrônica e meios de comunicação de massas em nosso país, uma verdadeira manipulação e lavagem cerebral política aplicada aos eleitores.

Até mesmo quem deveria ter o papel neutro neste processo, o dever de isenção como é o caso da Justiça Eleitoral, manifestou-se a favor da vitória do candidato a reeleição por julgá-lo politicamente o melhor para os interesses do país. Diante desta mesma posição, a imprensa brasileira beirou o terrorismo ao sustentar que caso ocorresse a vitória do adversário mais forte do Presidente da República, o Brasil poderia chegar ao caos. Uma verdadeira campanha para aterrorizar os milhões de brasileiros ao perigo que este adversário representava.

---

<sup>3</sup> Senador Lauro Campos PDT, Brasília -DF, 24 de maio de 1999.

A organização deste processo de reeleição começou desde a posse do então presidente FHC, que foi estimulado pela vitória em primeiro turno das eleições de 1994, por maioria absoluta de votos. Mal assumiu o controle do congresso, e já em fevereiro de 1995, apresentou a proposta de emenda constitucional, instituindo o princípio da reeleição aos cargos do executivo, e o pior já para o período subsequente.

Nesta ocasião absurda, com o apoio da imprensa e mesmo o direito a reeleição ser expressamente proibido pela constituição brasileira de 1988, referiam-se a este projeto com satisfatoriamente democrático.

Desde a proposição da mudança, dois anos antes, a imprensa debatia quase diariamente o tema. Alheios à controvérsia legal, todos os grandes veículos defenderam a reeleição, com destaque para o jornal Folha de São Paulo. Editorial de 8 de novembro de 1985 já afirmava “não haver maiores inconvenientes em defender a reeleição.” Depois (5/1/1996), o editorial “Reeleição popular” comemorou pesquisa de opinião sobre o tema: “a população vê com bons olhos a chance de renovar os mandatos dos que vêm a se mostrar bons governantes. (...) Entre a candidatura e a renovação do mandato estará sempre o democrático e o inquestionável veredicto das urnas.”

O Tribunal Superior Eleitoral, presidido pelo ministro Ilmar Galvão, atestou que os ocupantes de cargos executivos não precisariam se desincompatibilizar para disputar suas reeleições. Diversos juristas renomados, como Miguel Reali Júnior, apoiaram a decisão. Os analistas concordaram: “Não é o caso de defender que o presidente também se desincompatibilize”, escreveu Valdo Cruz, entre muitos, na Folha (3/2/97).

O Congresso Nacional votou e aprovou esta emenda em tempo recorde, sendo esta votação acompanhada pessoalmente por vários ministros, e no dia seguinte jornais relataram várias mudanças de votos no último momento, em troca de favores governamentais.

A Folha de S. Paulo, em meados de janeiro de 1997, nas vésperas da votação desta emenda constitucional, indicava uma derrota em tese da reelegibilidade presidencial para o período subsequente. A partir daí surgem várias denúncias de uma suposta compra de votos para a vitória do governo que o preço supostamente seria de 200 mil reais. O caso veio à tona quando o jornalista Fernando Rodrigues recebeu uma fita contendo gravações de diálogos telefônicos entre dois deputados do PFL do Acre, Ronivon Santiago e João Maia, que confirmava a versão dos 200 mil reais pelo voto a favor da reeleição. Os dois deputados que

confirmaram esta versão renunciaram seus mandatos. Ronivon ainda disse que eles não eram os únicos a terem vendidos seus votos, e que os compradores dos votos seriam o então governador do Acre Orleir Cameli e Amazonino Mendes, governador do Amazonas. E para piorar a situação, os dois deputados disseram haver outro personagem na história, o ministro das comunicações Sérgio Motta.

Todo o esquema comentado na ocasião funcionava da seguinte forma: a pessoa que estivesse interessada em colocar os 200 mil reais no bolso pelo voto, deveria procurar o deputado Pauderney Avelino do PFL-AM, que levava os “pedintes” ao então presidente da câmara deputado Luiz Eduardo Magalhães, e então marcava-se uma audiência com o ministro Sérgio Motta, que os recebia e posteriormente fazia contato com Amazonino Mendes. A oposição tentou criar uma CPI, porém as lideranças do governo mais fortes influenciaram para que esta fosse barrada antes mesmo de sua criação, proibindo assim as investigações.

Logo após a aprovação desta emenda, o que se viu no cenário político brasileiro foi um jogo montado para vetar lançamentos de candidaturas que trouxessem riscos às chances da reeleição do principal beneficiado, sendo que muitos adesistas e desordeiros de aluguel atrapalharam as convenções do PMDB, a fim de impedir que o maior partido do País lançasse candidato próprio ao pleito da presidência.

Mesmo com a fantástica mobilização de meios e recursos, a reeleição do presidente FHC, no primeiro turno das eleições, conseguiu apenas um terço dos votos válidos dos eleitores brasileiros.

A constituição de 1988 instituiu o princípio da maioria absoluta de votos, porém incoerente quando elimina para efeito de apuração deste quesito, a contagem de votos brancos e nulos. Resultado que no seu segundo mandato, o total de eleitores que não votaram em FHC, foi mais que duas vezes superior aos que o reelegeram.

---

#### **PRESIDENTE DA REPUBLICA – ELEITORES**

---

|              |                    |
|--------------|--------------------|
| <b>TOTAL</b> | <b>106.101.067</b> |
|--------------|--------------------|

|                 |                   |
|-----------------|-------------------|
| <b>APURADOS</b> | <b>83.296.085</b> |
|-----------------|-------------------|

---

|                   |                   |               |
|-------------------|-------------------|---------------|
| <b>ABSTENÇÕES</b> | <b>22.798.904</b> | <b>21,50%</b> |
| <b>NULOS</b>      | <b>8.884.426</b>  | <b>8,37%</b>  |
| <b>BRANCOS</b>    | <b>6.688.612</b>  | <b>6,30%</b>  |
|                   |                   | <b>36,17%</b> |
| <b>FHC</b>        | <b>35.936.918</b> | <b>33,87%</b> |
| <b>LULA</b>       | <b>21.475.348</b> | <b>20,24%</b> |
| <b>CIRO</b>       | <b>7.426.235</b>  | <b>7,00%</b>  |
| <b>ENÉAS</b>      | <b>1.447.076</b>  | <b>1,36%</b>  |
| <b>OUTROS</b>     | <b>1.437.470</b>  | <b>1,36%</b>  |
|                   |                   | <b>29,96%</b> |

Figura 1: Fonte : Nery, Sebastião, 1932 A eleição da reeleição: Histórias, estado por estado / Sebastião Nery. São Paulo : Geração Editorial, 1999

## 1.2. A Reeleição x Constituição: O Fim da Moralidade.

A emenda constitucional que instituiu a reeleição do poder executivo, nos termos e na forma como foi praticamente imposta aos eleitores brasileiros, foi realmente um insulto à nação. Não foi preciso um militar na Presidência da República, mas sim um civil, professor universitário, para que o Brasil sofresse uma deformação do presidencialismo. Nossa constituição foi criada neste sentido de barrar os abusos da reeleição, e logo adotou uma norma proibitiva, porém, tudo isso foi ignorado pela ambição de um presidente tido como intelectual.

Para que possamos entender sobre o que previa a Constituição de 1988, até sofrer esta emenda, vamos reproduzir os artigos que tratam deste assunto.

*& 5º Art. 14: “São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos, e quem houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito”.*

*§ 6º do referido artigo, que os titulares desses postos, “concorrerem a outros cargos”, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.*

Nota-se a inelegibilidade absoluta para os mesmos cargos. E o que mais democrático seria se não esta posição da constituição de 1988, dever-se-ia então aplicar a regra prevalecente no sistema constitucional. Se o titular dos cargos dos executivos enumerados, inclusive presidente da República está obrigado a renunciar, para habilitar-se a eleição de “outro cargo”, que por razão lógica deveria se afastar definitivamente do cargo para reconquista do mesmo lugar, sendo que o fundamento moral e político, e de resguardo à liberdade de voto e de igualdade entre os candidatos, onde o ocupante do cargo executivo se agradou aos eleitores seria ele reconduzido ao mesmo posto.

Esta emenda constitucional fere diretamente a finalidade moralizadora das eleições aos cargos do executivo, pois permitir que presidentes, governadores e prefeito, disputem em condições privilegiadas no pleito, como titulares de posições que envolvem poderes e recursos, contra concorrentes desprovidos das mesmas condições. As emendas constitucionais devem retratar o nosso país e suas peculiaridades, e não imitar outros povos. Pela história de nosso país, as particularidades políticas e culturais, temos a necessidade de uma igualdade entre os candidatos para resultados eleitorais legítimos.

## CAPÍTULO II

### O Custo da Reeleição e a Eminência de uma Crise.

Como foram levantadas no início deste trabalho, as questões relativas ao endividamento do Brasil com o capital externo, FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, devido ao grande investimento feito pelo Governo Federal, na manipulação do cenário econômico, prorrogando a desvalorização da moeda brasileira o “Real”, em relação ao dólar e ao euro, onde este assunto foi amplamente debatido e alvo de várias críticas dentro e fora dos meios políticos. Como podemos perceber no trecho de um discurso pronunciado em 24 de Maio de 1999, pelo senador Lauro Campos:

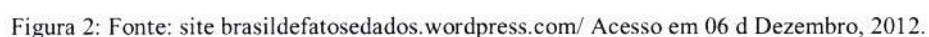
*“...em um raro momento de sinceridade e lucidez, o Sr. Camdessus, diretor -gerente do FMI, declarou que o culpado pelos problemas e sofrimentos por que passa o Brasil é o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Disse, ainda, o Dr. Camdessus que o candidato FHC atrasou a desvalorização do câmbio com o objetivo de empurrar para depois da reeleição a visualização de todos os problemas ocultos pela estabilização. Se a maxidesvalorização do real e todos seus efeitos colaterais tivessem ocorridos antes da reeleição, a volta da inflação, a elevação estratosférica da taxa de juros o agravamento do desemprego que atingiu 19,9% em São Paulo, 22% em Brasília e 25% em Salvador, o aumento vertiginoso das dividas públicas e externa teria antecipado o repúdio ao governo e posto em serio risco a reeleição sonhada por FHC...”<sup>4</sup>*

Pois bem, como podemos perceber através deste discurso pronunciado dentro do Senado Federal, a insatisfação de políticos de oposição com o “custo social” provocado pela busca a qualquer preço da reeleição, demonstra o agravamento da crise, sendo facilmente

---

<sup>4</sup> Senador Lauro Campos, PDT, Brasília -DF, 03 de Abril de 1999.

Para demonstrar este aumento catastrófico do desemprego, recorreremos a uma tabela extraída do site Fatos e Dados utilizando fontes do IBGE sobre a taxa média anual de desemprego da população brasileira.



E como uma coisa puxa a outra, com o aumento do desemprego houve uma oferta crescente de mão de obra acarretando assim sua desvalorização, e conseqüentemente o povo brasileiro viu diminuir drasticamente sua renda e seu poder de consumo, onde a grande massa, mais uma vez foi a mais prejudicada neste período. Já a classe empresarial para não perder ou diminuir seus lucros, recaíram sobre a classe trabalhadora arrochando salários e benefícios dos trabalhadores.

O salário mínimo brasileiro adquiriu um poder de consumo baixíssimo e a promessa de Fernando Henrique, quando assumiu o governo, era de colocar o salário mínimo em relação ao dólar, ou seja, no patamar de US\$ 250,00 por mês. No entanto o que ocorreu foi exatamente o contrario. Para financiar a reeleição retardando os efeitos do plano real, o governo FHC, foi obrigado a arrochar o salário mínimo cada vez mais, pois um aumento expressivo neste acarretaria um aumento do endividamento interno, onde com o país em crise significaria um enorme quebra nos estados da federação. Vejamos um gráfico abaixo que comprova este baixo poder de compra do salário mínimo em relação ao ano de 2010 sendo este convertido em dólar, além de um discurso do senador Lauro Campos, em relação à promessa de campanha do governo FHC.

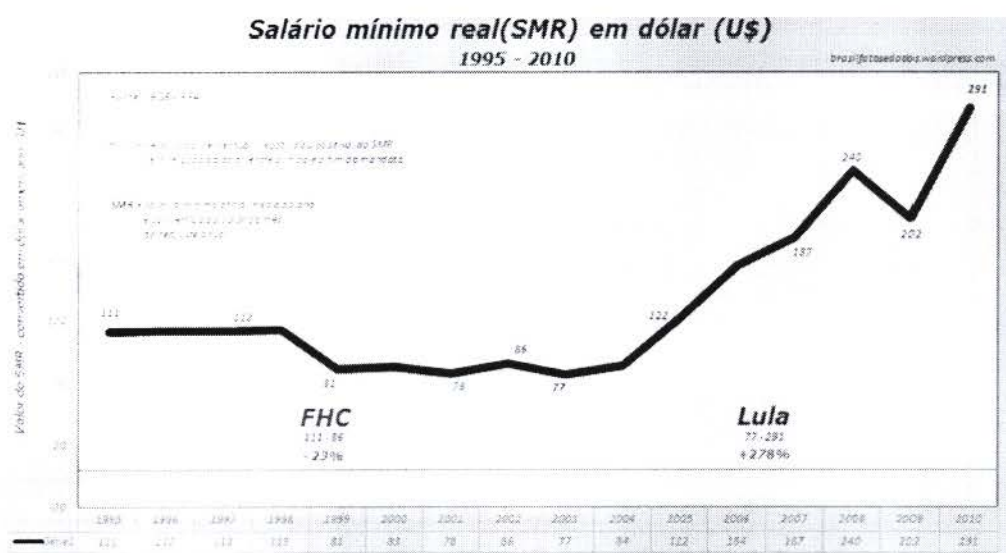


Figura 3: Fonte: site [brasildefatosedados.wordpress.com](http://brasildefatosedados.wordpress.com)/ Acesso em 06 d Dezembro, 2012.

*"... Ele esqueceu tudo que havia feito também essa promessa, e em vez de US\$ 250,00 por mês, os trabalhadores brasileiros tiveram no dia 13 de Janeiro, quando mexeram com o cambio, presenteando e enriquecendo tão poucos e empobrecendo tantos, por meio das medidas do Banco Central, que todos nos conhecemos, o que houve? O salário mínimo caiu para US\$ 78,00 por mês, naquele dia. S. Exa. Havia prometido para o termino de seu mandado, que o salário iria a*

*miseráveis US\$ 250,00 por mês. No entanto no dia 13 de janeiro, após vencido o prazo da promessa feita, o salário mínimo caiu de US\$ 130,00 por mês, para apenas US\$ 78,00 por mês..”*<sup>5</sup>

Estes fatos não ocorreram do nada, todas estas consequências de desvalorização do salário mínimo, o desemprego e desestabilização da economia, foram decorrentes de uma política econômica adotada pelo governo de endividamento externo e privatização de empresas pública, e também o enxugamento do estado, chamado de neoliberalismo, e toda esta política agravada devido à tentativa de atrasar os efeitos desastrosos do plano real até as reeleições. E é o que pretendemos tratar.

## 2.1 PRIVATIZAÇÕES.

O governo FHC foi o que mais deu importância e atuou com a política neoliberal de desestatização como via de estabilização econômica brasileira. Porém, o que se viu foram políticas “austeras” que eliminam subsídios, cortam gastos sociais, privatizam e internacionalizam empresas estatais com a justificativa de liberar o mercado e enxugar estado para aperfeiçoar sua gerência, e que com as privatizações, estas empresas se modernizariam ampliando sua competitividade.

Com estas justificativas o governo Fernando Henrique deu início ao seu plano de privatização criando o PND (Programa Nacional de Desestatização), através da medida Provisória de nº 841, de 19 de janeiro de 1995, seria uma nova fase onde os serviços públicos seriam transferidos a iniciativa privada.<sup>6</sup>

Este projeto de privatização não era somente de livre e espontânea vontade do governo, havia uma pressão do capital externo, processo que fazia parte do “Receituário de Washington”, para que estes proporcionassem mais empréstimos com garantias de recebimentos de juros, tudo isso para manter a estabilidade econômica e a ilusão de uma

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> A crise brasileira e o governo FHC. – São Paulo : Xamã, 1997. – (Coleção Fora de Ordem) Vários autores

moeda forte e competitiva, pelo menos até a reeleição de FHC. Esta lógica pode ser observada pesquisando o próprio site oficial do BNDS, onde há um demonstrativo das privatizações ocorridas nos de 1990 a 1994 e 1995 a 2002, o último correspondente ao governo de FHC, e nestes demonstrativos no período de 1990 a 1994 o capital do investidor estrangeiro teve pouca participação na compra de empresas privatizadas, com apenas 5% do montante. Já no período de 1995 a 2002, o capital do investidor estrangeiro teve uma participação de 53%, no montante arrecadado com as privatizações, como demonstra os dados abaixo retirados do BNDS:

#### PERIODO DE 1990 A 1994

| <b>Tipo de Investidor</b> | <b>Receita de Venda</b> | <b>%</b>    |
|---------------------------|-------------------------|-------------|
| Investidor estrangeiro    | U\$\$ 398               | 5%          |
| Empresas Nacionais        | U\$\$ 3.116             | 36%         |
| Instituições Financeiras  | U\$\$ 2.200             | 25%         |
| Pessoas Físicas           | U\$\$ 1.701             | 20%         |
| Fundos de Pensão          | U\$\$ 1.193             | 14%         |
| <b>Total</b>              | <b>U\$\$ 8.608</b>      | <b>100%</b> |

#### PERIODO DE 1995 A 2002

| <b>Tipo de Investidor</b> | <b>Receita de Venda</b> | <b>%</b> |
|---------------------------|-------------------------|----------|
| Investidor estrangeiro    | U\$\$ 41.733            | 53%      |
| Empresas Nacionais        | U\$\$ 20.777            | 26%      |

|                              |                    |             |
|------------------------------|--------------------|-------------|
| Setor Financeiro Nacional    | US\$ 5.158         | 7%          |
| Pessoas Físicas              | US\$ 6.316         | 8%          |
| Ent. de Previdência Privadas | US\$ 4.626         | 6%          |
| <b>Total</b>                 | <b>US\$ 78.614</b> | <b>100%</b> |

Fonte :Nery, Sebastião, 1932 A eleição da reeleição: Histórias, estado por estado / Sebastião Nery. São Paulo : Geração Editorial, 1999

A emenda constitucional de nº 7 sobre a abertura de desestatização de serviços públicos, abriu navegação interna brasileira a empresas estrangeiras e emenda constitucional de nº 8 que veio a permitir a exploração dos serviços de telecomunicações, radiodifusão sonora de sons e imagens pela iniciativa privada, e por fim a emenda constitucional de nº 9 que permite a união a contratação de empresas privadas ou estatais para operar nas atividades relacionadas a exploração do petróleo.

As privatizações ao lado das taxas de juros elevadas foram sem dúvidas um forte atrativo para o capital estrangeiro, pois esta arrecadação permitiria o pagamento de parte da dívida interna do país possibilitando investimentos que o estado, segundo o governo, não podia mais viabilizar.

Embora tenha ocorrido um abatimento na dívida interna do país, as privatizações aumentaram e muito a dívida externa do país, como exemplo, os empréstimos contraídos por estas empresas privadas no exterior para aquisição das estatais brasileiras. Além da dívida externa, aumentou também o passivo externo, pois quando uma estatal é vendida ao estrangeiro, seus lucros e dividendos são remetidos para fora, sem falar em muitas outras artimanhas que estas empresas utilizam para remessas de capital ao exterior, ou seja, o nosso dinheiro deixa de circular em nossa economia e vai para outro país. As remessas de lucros e dividendos para o exterior aumentou de 9 Bilhões de dólares de 1981 a 1990, para 27,3 Bilhões de dólares de 1991 a 1999, em um processo crescente.

Outro fator que aumenta mais ainda a remessa de capital ao estrangeiro, é que estas ex-estatais passam a comprar de fornecedores estrangeiros habituais dos novos proprietários.

Com a valorização do real perante o dólar, o país gerou um déficit de 23,5 Bilhões de dólares durante o primeiro mandato de Fernando Henrique, possível graças ao fluxo de capitais estrangeiros, o consumo presente em reais foi financiado por uma dívida futura em dólares. Este suicídio econômico fez com que muitas empresas privadas fossem vendidas ao controle estrangeiro, com um resultado similar ao das privatizações, mais remessas de lucros, mais importações e dívidas um verdadeiro colapso na indústria e empresas nacional.

Pois bem, todo este complexo sistema político neoliberal de privatizações feitas pelos grandes nomes da economia brasileira e mundial, os defensores desta política de enxugamento do estado, como dizia o Senador Lauro Campos PT-DF, os classificavam de “neobobos”, acarretaram consequências em toda a economia do país, com um custo social altíssimo.

O crescimento de importados, somado as altas taxas de juros, levaram a um grande numero de empresas, ao fechamento ou a “ajustes”: Demissões, aumento da jornada de trabalho, “a flexibilização” de direitos, e uma evidente redução salarial. E como parte do consumo foi realizada a crédito, gerou um enorme crescimento da inadimplência em todo o país, permitindo um enorme constrangimento social.

A maior parte do capital estrangeiro que entrou no país destinou-se a especulação e aquisição de patrimônio já pré-existente, desta forma não proporcionando em nem um novo investimento ou crescimento econômico, a não ser para o seu próprio bolso e países de origem. O governo brasileiro, absurdamente, incentivou o chamado investimento estrangeiro direto por meio de subsídios e renúncias fiscais. Além de bancos públicos, emprestarem dinheiro público de cadernetas de poupança, FGTS e outros recursos que deveriam ser investidos em projetos sociais, para empresas estrangeiras comprarem estatais a um preço bem inferior ao seu real valor.

Os estados, nas suas conhecidas guerras fiscais, emprestam dinheiro, doam terrenos, concedem isenção fiscal, tudo para atrair empresas sediadas em outros estados e atraindo também as estrangeiras, com seus benefícios. Porém a maior parte das empresas beneficiadas orienta suas vendas para o mercado interno (que não gera dólares), ao mesmo tempo em que se utilizam as benefícios dos recursos públicos, para especulação e aumentar sua margem de lucro, remetendo suas divisas para o exterior.

Perante esta situação, os agregados desta política foram de: crise social, desemprego, e outras medidas concentradoras de renda; redução dos investimentos públicos; transferência

patrimonial (do estado e/ou de capitalistas privados nacionais para grandes capitalistas, geralmente estrangeiros); e a vulnerabilidade da economia brasileira diante das crises internacionais.

## 2.2. Privatização Vira Caso de Polícia.

Em 1998, o Governo Federal comemorava a privatização do setor de telecomunicações do Brasil, e sempre com a propaganda que o país entraria em outro nível das ligações telefônicas, comparado ao primeiro mundo.

Em Setembro do ano de 2001, devido a denúncias feitas pelo ex-Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), onde segundo ele o fundo de pensão do Banco do Brasil (PREVI) colaborou financeiramente em troca de Propina para o processo de privatização da Tele Norte Leste, comprada pela Telemar. Foi pedida a investigação pelo Procurador da República Paulo Fernando Corrêa, onde polícia Federal abriu inquérito para apurar a prática deste crime envolvendo nomes como o do ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio Oliveira, e o empresário Carlos Jereissati, irmão do então governador do Ceará, Tasso Jereissati.

Segundo as investigações, os telefones do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, foram grampeados onde se ouviram conversas entre o Presidente do banco André Lara Resende e o Ministro das comunicações, Luiz Carlos Mendonça, com isso entenderam que o Governo Federal participava ativamente nos leilões favorecendo algumas empresas.

Ainda de acordo com as investigações, o Ministro e o Presidente do BNDES, influenciavam para que o Banco Opportunity, que participava juntamente com a empresa italiana Telecom Itália, incorporasse a Tele Norte Leste, e de forma contrária atrapalhassem a vitória da empresa de Carlos Jereissati, que era parte do consórcio Telemar.

Em um dos trechos que foram gravados conversas entre o Ministro Mendonça e André Lara BNDES, negociavam com Jair Bilachi, então presidente da PREVI, para que o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil se unisse ao Opportunity para vencerem o leilão.

Porém felizmente não deu certo, pois o Opportunity já havia ganhado as regiões Sul e Centro-Oeste e as regras do leilão não permitiam que um mesmo grupo controlasse mais de uma região, e o grupo Telemar acabou ganhando.

As desculpas dos acusados foram as mais absurdas possíveis, Mendonça chegou a dizer que estava movido por objetivos nobres quando na defesa do Opportunity, que segundo ele era um grupo muito mais solido do que a Telemar. Mas apesar de o esquema não ter acontecido como planejavam, não quis dizer que o barulho foi menor. As denúncias das cobranças de propinas causaram um alvoroço no meio político, que ajudou a mais uma vez colocar o Governo federal mergulhado no “lamaçal” da corrupção.

### 2.3 Proer e a Farra dos Banqueiros.

A definição oficial do projeto PROER é Programa de Estimulo e Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, possível pelo conjunto composto pela Medida Provisória nº 1.179 e a Resolução nº 2.208, ambas de 3/11/95.<sup>7</sup>

Pois bem, segundo o próprio Banco Central este programa visa salvar bancos de uma falência a qual acarretaria em um verdadeiro vendaval no sistema financeiro, e que a credibilidade do país seria o aspecto de maior relevância para este projeto, além ainda segundo o Banco Central, os custos sociais, caso ocorressem um efeito dominó na quebra do sistema bancário seria maior do que a interferência prévia das autoridades na transferência e fusão destes bancos com outras instituições mais eficientes. Estas são explicações do próprio Banco Central, em seu site, sobre o PROER.

Segundo o governo federal naquela ocasião, os gastos com o PROER, não ultrapassariam a 1% do PIB, mesmo que não fosse recuperado um tostão dos empréstimos ali concedidos. Porém algumas contradições na época aconteceram, pois em entrevistas diversas os ex-presidentes do Banco Central, Gustavo Loyola e Gustavo Franco, garantiram que os gastos foram de 3% do PIB. E devido a estes desacordos e contradições nas falas do governo com os ex-presidentes do Banco Central, foi feito um cálculo por dois economistas da

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?PROER>. Acesso em 25 Julho 20h00minhs.

Comissão Econômica das Nações Unidas para a América latina e o Caribe (CEPAL), Pedro Saínz e Alfredo Calcagno, e tornado público pelo jornal Correio Brasiliense em 26 de novembro de 1999. Segundo os cálculos destes economistas o PROER, custou aos cofres públicos 12,3% do PIB do país, algo em torno de 111,3 Bilhões de reais.<sup>8</sup>

Somente em 1995, o Tesouro Nacional gastou 8 Bilhões de reais para capitalizar o Banco do Brasil, e mais 60 Bilhões de reais com o (PROES) Programa de Reestruturação dos Bancos Estaduais, onde só para o Banespa foram mais de 20 Bilhões de reais.

O PROER era uma linha de financiamento com juros subsidiados e garantias excepcionais, o Banco Central concedia dinheiro a bancos quebrados, onde estes davam como garantia títulos podres – de pagamento duvidoso, com enorme deságio no mercado. No período de 1995 a 1996, foram concedidos recursos aos bancos Econômicos, Bamerindus, Nacional, Crefisul e Caixa Econômica Federal (CEF).

No caso da Caixa, estes recursos possuíam uma finalidade, segundo Aloysio Biondi no seu livro *O Brasil Privatizado*, na verdade estes recursos eram em benefícios dos bancos privados, pois a Caixa foi forçada a comprar contratos de financiamento para a casa própria de bancos falidos.<sup>9</sup>

No caso do Econômico, os contratos chegaram a 1,7 Bilhões de reais, e assim foi também com o Bamerindus, e para piorar ainda esta operação virou uma norma da CEF, que passou a comprar permanentemente estes ativos “podres” inclusive de grandes bancos lucrativos, que queriam aumentar seus lucros e diminuir prejuízos. Hipocritamente, a equipe econômica do governo alardeava pela inadimplência dos contratos de vendas de imóveis, culpando a ineficiência da Caixa que não saberia selecionar seus clientes fingindo não saberem que a Caixa engoliu dezenas de Bilhões de reais de contratos “podres” de outros bancos.

---

<sup>8</sup> Bortoni, Larissa, Ronaldo, *O mapa da corrupção no governo FHC* / Larissa Bortoni, Ronaldo de Moura – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002 – (Coleção Brasil Urgente).

<sup>9</sup> Ibid.

## 2.4 CPI dos Bancos.

Foi instaurada uma CPI no Senado Federal, onde o país ficou sabendo apenas no ano de 1999 que o Banco Central escondeu os verdadeiros números do programa.

Todo este alvoroço foi manchete do jornal Correio Brasiliense em 24 de novembro de 1999. Segundo o jornal, o relatório da CPI apontou que o PROER não custou 20 Bilhões de reais como havia anunciado o Banco Central, mas sim 43,4 Bilhões de reais. A maior parte, 30,4 Bilhões de reais, veio dos depósitos compulsórios que seria parte do depósito dos outros bancos em poder do Banco Central. Já os 12,9 Bilhões de reais restantes vieram das reservas bancárias de instituições em boa situação financeira. Mais tarde estes Bilhões extras o Banco Central teve que restituir aos bancos, e os recursos vieram do Tesouro Nacional, ou seja, do bolso do contribuinte, e o Banco Central admitiu posteriormente que quase 13 Bilhões de reais, haviam realmente saído de reserva do país.

Nesta CPI também o senado apontou que em 1999, o Banco Central havia recuperado 5,6 Bilhões de reais, do total emprestado. E em 2001 a Folha de S. Paulo, informava que os bancos socorridos pelo PROER deviam ao Banco Central 28,628 Bilhões de reais, e destes 6,503 Bilhões de (Reais) já eram considerados perdidos, e já em outro balanço feito pelo próprio Banco Central em junho deste mesmo ano, revelava que eram 12,6 Bilhões de reais já considerados perdidos.

De acordo com a CPI, se caso o banco central tivesse intervindo mais cedo, pois segundo os senadores o governo já sabia de fraudes nos bancos socorridos pelo PROER, o prejuízo seria bem menor aos cofres públicos, um exemplo desta ação tardia do governo e que segundo o Senador Alvaro Dias (PDT-PR), o governo por meio do PROER negou ao Bamerindus, 700 Milhões de reais que permitiriam superar suas dificuldades, para logo depois conceder na mesma operação 5,8 Bilhões de reais aos ingleses do HSBC que adquiriu o Bamerindus.<sup>10</sup>

Com isso podemos ver o enorme custo social para manter este governo inoperante e irresponsável até o período eleitoral, que provavelmente com o mascaramento das dívidas e distribuição de recursos ao capital externo, conseguiria a sua tão sonhada reeleição, deixando

---

<sup>10</sup> Ibid.

de investir nos setores básicos e outros de importância bem maior para a sociedade brasileira como educação, saúde, segurança, infraestrutura, agricultura que em 1996, enquanto banqueiros eram socorridos com Bilhões de Reais, o campo se sentiu completamente órfão. O governo praticou leilões desnorteados para produtores de milho, com seus estoques estratégicos, e por falta de atuação internacional registrou-se um declínio dos preços do café, do fumo e do cacau. Além que os produtores de algodão reduziram em 50% a área de plantio dessa cultura, pressionados pelas violentas importações da fibra.

## 2.5 Os Beneficiados Pelo Custo Social da Reeleição.

Quando Fernando Henrique subiu ao poder máximo de um país, todos esperavam de um ponto de vista intelectual, o mais sofisticado presidente da contemporaneidade, seria um signo modernizante que sinaliza estar em contradição com as alianças feitas com a base política de Collor e a própria ditadura militar, ou seja, com as mais atrasadas oligarquias regionais.

Não se pode fazer nenhuma perspectiva do governo FHC sem antes analisá-lo logo após a queda de Collor, quando ainda ministro da fazenda de Itamar Franco, veta o salário mínimo de R\$ 100.

A base social é a mesma, mas os beneficiados dessa base durante o período de Fernando Henrique, e de por no “chinelo” o antigo coronelismo, a ditadura militar e até mesmo o governo Collor, são outros. As dívidas tributárias das empresas no período FHC atingem metade do montante total da dívida externa, que somado chega a cifra de R\$ 57 Bilhões de reais, e apenas para efeito de comparação para demonstrar o que este montante representava na época, esses recursos arrecadados cobririam todo o déficit orçamentário potencial previsto pelo próprio governo para 1995 (R\$ 10 Bilhões de reais) e ainda sobriariam R\$ 47 Bilhões de reais para investimentos nas áreas sociais.

Estas mesmas empresas que se recusam a pagar impostos (já que os nossos são descontados nos Hollerith) são as principais beneficiárias pelo lançamento do Banco Central de títulos que dão aos especuladores a garantia de que, em caso de desvalorização do real, o

especulador nada perde. O prejuízo mais uma vez fica com os cofres públicos, ou seja, os que pagam impostos, o povo.

Como se isso fosse pouco, o governo de FHC aumentou consideravelmente, em relação ao governo anterior, as doações de recursos públicos ao setor privado, sob a forma de benefícios tributários. E o pior é que estas empresas segundo a Receita Federal, que no ano de 1994 somente 35% das pessoas jurídicas apuraram lucros, e portanto pagam imposto de renda. Ou seja, 65% das empresas apuram prejuízos com o simples objetivo de não pagar impostos. Com um estoque segundo a própria Receita Federal de R\$ 45 Bilhões de reais a serem descontados pelas empresas nos próximos cinco anos, e o governo patrocina a festa.<sup>11</sup>

Sobra então para o povo e o custo pagar a conta com o veto do salário mínimo, o fim da estabilidade do funcionalismo público, as reformas reacionárias da previdência e da tributação, o sucateamento da saúde e do ensino públicos, e o desinvestimento na segurança, tudo isso para “fechar as contas”, que são sistematicamente “abertas”, ou seja, furadas pelos benefícios exigidos e concedidos ao conjunto das classes dominantes.

## 2.6 Educação, Saúde e Segurança: O Social em Último Plano.

O desejo de reeleição do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, foi tão grande, pois este por muitas vezes taxado por políticos e jornalistas como uma pessoa narcisista, que possuía um grande apreço pelo poder, pelo controle do país a qualquer custo, mesmo que o obrigasse a se esquecer do seu passado de militância esquerda contra a ditadura, que tanto foi alvo de crítica por este intelectual, pela sua forma autoritária e direita de governar o Brasil, chegou ao ponto do próprio Fernando Henrique, sob pressão, dizer aos críticos e inimigos políticos que deveriam esquecer o que ele já havia escrito, pois sua posição diante do poder o havia mudado.

A educação no seu governo nunca foi tão esquecida, quanto no período em que esteve a frente do poder executivo. A falta de investimentos na escola de ensino básico e médio fez o Brasil alcançar índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) vergonhosos perante as

---

<sup>11</sup> A crise brasileira e o governo FHC. – São Paulo : Xamã, 1997. – (Coleção Fora de Ordem) Vários autores.

organizações mundiais. E o que fez para amenizar este problema não foi investir na qualidade da educação, mas sim de simular um progresso do jovem na escola de base, praticamente proibindo o educador de reprová-lo na disciplina, pois desta forma quanto mais alunos chegassem ao fim do ensino médio, mesmo sem saber os ensinamentos básicos para tal, o IDH do país aumentaria, e, para este governo, estatísticas valem mais do que a realidade vivida.

Já no ensino superior, as universidades sofreram um verdadeiro sucateamento, com falta de investimento para a ampliação de cursos e de vagas. Prédios sem reformas, caindo as paredes, como eram denunciados pela imprensa, além de profissionais desestimulados pela baixa remuneração, onde durante sete anos não houve aumento nem reposicionamento salarial. Estes profissionais extremamente qualificados, alguns deixavam ou não se dedicavam exclusivamente as universidades, e procuravam melhorias no ensino superior privado.

Perante este descaso com as universidades, cogitaram que este sucateamento era proposital para que as críticas ao ensino público superior justificassem a sua privatização e a venda de nossa educação aos grupos estrangeiros.

A saúde, comandada pelos conhecidos políticos Adib Jatene e José Serra, não era diferente, hospitais em verdadeiras condições de calamidade, enfermarias lotadas, falta de leitos e médicos, além de um forte esquema de corrupção denunciado pela revista Isto é, em 19/07/1995, onde diziam que a cada 100 reais destinados ao SUS (Sistema Único de Saúde), 30 reais eram desviados e não chegavam ao seu destino final.<sup>12</sup>

O ministro Jose Serra, conseguiu uma forma que mascarou em partes o problema da saúde, ou pelo menos distraiu a atenção pela falta de investimentos do governo, quando ele criou a lei que autorizava a quebra de patentes e os laboratórios poderiam fabricar os genéricos. Esta atitude trouxe alguns benefícios, pois ficaram mais acessíveis e barato para o povo, os remédios que antes eram únicos.

A segurança publica também não diferente, foi deixada praticamente para os estados, a Polícia Federal, enfrentaram os piores salários da sua história, a falta de efetivo da corporação deixou nossas fronteiras livres para o contrabando e trafico de drogas. A violência Urbana era

---

<sup>12</sup> A crise brasileira e o governo FHC. – São Paulo : Xamã, 1997. – (Coleção Fora de Ordem) Vários autores.

associada ao desemprego, e a redução de salários, que não seduziam os jovens da periferia para adquirirem uma profissão.<sup>13</sup>

E um país em que não se investe em educação não há como exigir que o crime não conquiste as mentes principalmente de jovens da periferia dos grandes centros urbanos.

O Brasil passou por um período muito difícil devido aos custos para manter e mascarar um plano econômico, e que visava tão somente a farra de uma pequena elite, mas principalmente aos caprichos de um governo que não aceitava permanecer no poder por apenas quatro anos, pois deslumbrou com a possibilidade de continuar a gozar dos encantos de ser um chefe de estado.

## 2.7 Dívida Externa, Privatizações: O Brasil Sob o Comando do Capital Externo.

O governo na tentativa de segurar a economia e o câmbio, para que o real mantivesse forte diante da moeda americana, fez com que o país recorresse a empréstimos bilionários a juros exorbitantes, com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, a fim de financiar a estabilidade econômica aparente. A dívida externa brasileira saltou de US\$ 148 bilhões no final do governo Itamar Franco, e alcançou o patamar de US\$ 250 bilhões, no governo de FHC, um acréscimo de aproximadamente US\$ 100 bilhões, segundo fontes do próprio ministério da fazenda.

Recorrer a estes empréstimos não só endivida o país, mas também nos colocam nas mãos do capital externo, pois para garantir estes empréstimos o Brasil precisava seguir uma cartilha, ou uma política econômica ditada pelo FMI, ou seja, pelos principais mandantes deste fundo monetário que são os Estados Unidos, o Brasil estaria sendo entregue a especulações externas, assim sendo o país deixaria de investir em setores sociais, para garantir o pagamento dos juros da dívida externa brasileira.

Apesar dos grandes empréstimos contraídos pelo governo para segurar a economia até a reeleição, não foi suficiente, pois o governo deu início a uma grande política de privatizações de empresas públicas como exemplo o sistema de telefonia, Petrobras e Cia.,

---

<sup>13</sup> Ibid.

Vale do Rio Doce. Mas o que foi ainda pior, e que mesmo com a venda de importantes empresas brasileiras a preços considerados muito abaixo do que realmente valiam, o país ainda assim continuou ampliando suas dividas externas e investindo muito pouco em políticas sociais, sendo este o principal motivo do grande desgaste do governo FHC perante a sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas questões debatidas sobre o custo social, em relação à emenda constitucional que permitiu o processo de reeleição no Brasil, entendo que essa emenda em si não é a grande vilã, mas sim o caminho percorrido pelo governo para garantir a aprovação desta emenda, e ainda se beneficiar com sua reeleição.

Todo o princípio desta política, que acarretou um desfazimento do estado, se deu à partir do momento que se propôs que a emenda constitucional que permitiria a reeleição, que entraria em vigor na data de sua publicação, sendo que pelo ponto de vista ético, esta deveria entrar em vigor apenas após as eleições de 1998. Esta situação evidenciou a intenção do governo vigente na época de se beneficiar com o projeto.

A partir do momento que se cogitou a reeleição, mais ainda quando este projeto demonstrou que seria provavelmente aprovado, pois houve vários acordos políticos, o governo intensificou a política de atrasar a desvalorização do Real, que naturalmente teria com o tempo sua desvalorização em relação ao dólar isto previsto já na época por vários economistas e políticos, apenas não sabiam a data, mas que iria ocorrer iria. E já para a grande massa de eleitores, estes não teriam a capacidade de se fazer esta previsão.

Desta forma, o governo de FHC usou toda a credibilidade do país para adquirir empréstimos a juros exorbitantes na tentativa de manter o câmbio forte, e com isso passar uma imagem a grande massa de eleitores que é o que interessava neste momento, de que o Brasil possuía uma economia segura e moeda forte, como as grandes potências econômicas mundiais.

Pois bem, quando falo que a desvalorização do plano real seria natural e porque o país, ainda mais naquele período, necessitava um pouco mais do mercado externo do que hoje, que em relação àquele período, houve um significativo crescimento do nosso mercado interno, e com a moeda compatível ou até em muitos momentos mais forte que o dólar, fazia com que o Brasil perdesse sua competitividade em relação a outros países emergentes, sendo assim, a necessidade de desvalorização da moeda nacional.

Diante destes fatores, concordo com essa visão crítica da política de aparências adotada e intensificada por FHC, principalmente quando surge a possibilidade de se manter

no poder por mais quatro anos, e esta visão foi muito pouco difundida para a grande massa da população, que foi a que mais arcou com os custos desta política. Tive a oportunidade de vivenciar este período e sentir seus efeitos devastadores, por isso proponho este assunto para refletirmos e discutirmos sobre a verdadeira intenção sobre a reeleição.

**Sites e artigos *on line* consultados:**

Disponível em: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2008/09/mdia-em-1997-lutou-pela-reeleio-de-fhc.html>, Acesso em 30/09/2013

Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A025.pdf> Acesso em 21 de novembro, 20h00minhs.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/anos-fhc/fase-mais-dificil-comeca-aqui-64127.shtml> Acesso em 21 de novembro, 20h00minhs.

Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/1928/o-custo-da-reeleicao> Acesso em 06 de Dezembro, 22h00minhs.

Disponível em: <http://brasilfatosedados.files.wordpress.com/2010/09/1-4gc1.png> Acesso em 06 de Dezembro, 23h00minhs.

Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2010/p140410.pdf> Acesso em 06 de Dezembro, 23h30minhs.

Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/co-nhecimento/especial/Priv\\_Gov.PDF](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/co-nhecimento/especial/Priv_Gov.PDF) Acesso em 25 de Julho, 20h00minhs

Disponível em: <http://historianovest.blogspot.com.br/2010/11/plano-real-garante-privatizacao-e.html> Acesso em 25 de Julho, 20h00minhs

Disponível em: <http://www.oocities.org/laertemoreira/privatizacaodividafhc.html> Acesso em 25 de Julho, 20h00minhs

Disponível em: <http://aureliojornalismo.blogspot.com.br/2012/09/por-que-reeleicao-de-fhc-nunca-chegou.html> Acesso em 25 de Julho, 20h00minhs

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092011000300012&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300012&lang=pt), Acesso em 15/11/2013

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000300013&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300013&lang=pt) Acesso em 15/11/2013

Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298912346> Acesso em 15/11/2013

Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/18310/12550#.UoXs2RrWR84> Acesso em 15/11/2013

### Referências bibliográficas:

CAMPOS, Lauro. **O Brasil de bandeja. Reflexões sobre o neo-entreguismo e o desfazimento do Estado.** Brasília: Senado Federal, 2000.

CAMPOS, Lauro. **Crise, reeleição e caos.** Brasília: Senado Federal, 1999.

ANDERSON, Perry. **Modernidade e revolução.** *Novos Estudos*, São Paulo, n. 14, fev. 1986.

Pereira, Álvaro, **Depois de FHC / personagens do cenário político analisam o governo Fernando Henrique Cardoso e apontam alternativas para o Brasil** / Álvaro Pereira ; São Paulo; Geração Editorial, 2002

Nery, Sebastião, 1932 **A eleição da reeleição: Histórias, estado por estado** / Sebastião Nery. São Paulo : Geração Editorial, 1999

**A crise brasileira e o governo FHC.** – São Paulo : Xamã, 1997. – (Coleção Fora de Ordem)  
Vários autores

Magnoli, Demétrio, 1958 – **Globalização: estado nacional e espaço mundial** / Demétrio Magnoli; ilustrações Alexandre Orgozino. – São Paulo: Moderna, 1997. (Coleção Polêmica)

Bortoni, Larissa, Ronaldo, **O mapa da corrupção no governo FHC** / Larissa Bortoni, Ronaldo de Moura – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002 – (Coleção Brasil Urgente)

Keynes, J. M. **“Inflação e Deflação”.** In *Os pensadores*, Abril Cultural, São Paulo, 1978.

GOUVÊA, Gilda Portugal. **Burocracia e elites dominantes do país.** São Paulo: Paulicéia, 1994.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Graciolli, Edilson José, **Um Caldeirão Chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988** / Edilson José Graciolli. – 2 ed. – Uberlândia, EDUFU, 2009.

GOUVÊA, Gilda Portugal. **Burocracia e elites dominantes do país**. São Paulo : Paulicéia, 1994.